

## AS TRAVESTIS NA REVISTA *VEJA* (1968-1985)

### THE TRANSVESTITES IN *VEJA* MAGAZINE (1968-1985)

Leonardo da Silva Martinelli<sup>1</sup>  
Marlise Regina Meyrer<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe uma discussão a partir das representações/classificações das travestis construídas e difundidas pela revista *Veja* durante os anos de 1968 a 1985. Através de pesquisa quantitativa propomos uma reflexão sobre esta identidade durante o período civil-militar no Brasil, momento de defesa ostensiva de um modelo social pautado pela moralidade burguesa e pelos valores tradicionais do mundo judaico-cristão ocidental. O estudo revelou que os espaços da revista destinados ao tema e/ou sujeito travesti ajudaram a produzir e a reforçar um determinado discurso ligado a uma visão de mundo específica.

**Palavras-Chave:** Gênero; Imprensa; ditadura.

**Abstract:** This article proposes a discussion based on the representations/classifications of the transvestites constructed and disseminated by *Veja* magazine during the years of 1968 to 1985. Through quantitative research we propose a reflection on this identity during the civil-military period in Brazil, moment in which a social model based on bourgeois morality and the traditional values of the Western Judeo-Christian world was ostensive defended. The study revealed that the spaces of the journal devoted to the theme and / or transvestite subject helped to produce and reinforce a certain discourse linked to a specific worldview.

**Keywords:** Gender; Press; dictatorship.

#### Considerações iniciais

As sociedades e grupos sociais constroem para si instrumentos normativos que conduzem e induzem a determinados comportamentos. As definições a respeito destas regras de convívio social e pessoal são legitimadas através de discursos que conferem legitimação a tais postulados. Aos poucos, esses princípios são interiorizados, reproduzidos e difundidos distanciando-se de sua historicidade e afastando da mente dos sujeitos o fato de um dia terem sido criados. Naturalizados, esses valores configuram a moralidade dos grupos.

Entendida como forma ideal de comportamento humano, a moralidade vincula-se ao âmbito do social como lei universal que define os critérios do bem e o mal, o certo e o errado; do justo e do injusto. Para Habermas a moralidade é construída num processo comunicativo, ou seja, pelo discurso e depende dos membros do grupo.<sup>3</sup> Entretanto, os discursos estão carregados de valoração das ações fundamentadas ideologicamente. No Brasil esses valores

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). Bolsista CAPES. E-mail: leonardos.martinelli@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em História e professora do Programa de Pós-Graduação em História (Escola de Humanidades) da PUCRS, Porto Alegre/RS. E-mail: meyrer\_nh@hotmail.com.

<sup>3</sup> HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

dominantes têm sua origem nos pensamentos cristão e burguês europeu que se constituem como lastro da moralidade pública hegemônica no país.

A visão negativa da sexualidade construída pela Igreja Católica desde a Idade Média, vinculando o sexo única e exclusivamente à procriação, influenciou todo o sistema de pensamento posterior, do científico ao jurídico. Essa definição considera toda sexualidade fora da procriação contrária a natureza. Dessa forma, há um reforço da dualidade feminino/masculino e a condenação de qualquer sexualidade desviante. Nos séculos XIX e XX o processo de racionalização da sexualidade pautado pelo discurso científico da natureza esquadrinha a vida sexual dos sujeitos, estabelecendo as regras de controle sobre o que seria legítimo e o que seria desvio com base num determinismo biológico. Logo, a relação sexo/procriação manteve-se, ao longo de todo século XX, como definidora do regime de moralidade.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) o autoritarismo foi aplicado de forma irrestrita sobre todos aqueles que eram considerados ameaça à nação, tanto a ordem política quanto social. Nesse segundo aspecto, a questão da moralidade pública era entendida como fundamental para o controle e manutenção da ordem. A ênfase em uma lei universal definidora das regras sociais contribuía para própria legitimação do regime. Nesse contexto, os homossexuais por afrontarem os valores morais instituídos tornaram-se alvos da censura de forma distinta dos períodos anteriores. Em parte, pela ampliação de sua visibilidade e espaços de sociabilidade direcionados aos mesmos; por outro lado, em razão das transformações decorrentes da contracultura e movimento identitário politizado dos homossexuais nos diferentes países. Nesse cenário, para proteger a “moral e bons costumes” no Brasil construiu-se um aparato repressor direcionado as sexualidades desviantes.<sup>4</sup>

No grupo das homossexualidades<sup>5</sup> estavam às travestis que através da androginia e da apresentação social utilizando roupas categorizadas como femininas, em oposição a seu sexo biológico, afrontavam de uma forma mais explícita a moralidade vigente sendo, portanto mais visadas. Ao se distinguirem do padrão heteronormativo e patriarcal dominante rompiam as fronteiras entre a ideia de normalidade e transgressão. O estigma atribuído a este grupo em razão da sua sexualidade foi mais latente do que os demais em decorrência do próprio tabu interiorizado e da inconformidade rebelada diante desse sistema.

---

<sup>4</sup> Sobre isso ver QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>5</sup> Terminologia ampla que integra diferentes sujeitos identificados e/ou pertencentes a este grupo. Ver GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 11.

A imprensa, por sua vez, atuou como um veículo construtor de representações sobre esses sujeitos utilizando-se de imagens e textos. Neste aspecto, a revista *Veja* divulgou informações ao seu público leitor a respeito das travestis, mesmo durante o período de censura. Ao analisar essas publicações buscamos identificar em que seções e espaços tais ocorrências foram veiculadas. Acreditamos que, ao enquadrar as travestis em determinados espaços e/ou seções, a revista construiu determinadas classificações desses sujeitos. O recorte estabelecido contempla o período de criação da revista, 1968, até 1985. Metodologicamente realizamos a seleção das edições através do sistema de busca do site pesquisando pela palavra “travesti” onde *Veja* estava disponível *online*. A partir desse mecanismo foram identificadas as publicações e localizados os espaços na revista onde apareceram analisando sua representatividade.

### **A revista *Veja* e a produção de representações pela imprensa**

A revista *Veja* surgiu em 1968 apresentando uma proposta inovadora no formato de revistas brasileiras conhecido até então. Inspirada em modelos estrangeiros, chegou às bancas como uma revista semanal de informação de propriedade do Grupo Abril. Pretendia levar informação aos diferentes leitores cuja carência seria compensada através da revista. Victor Civita dirigiu-se aos leitores em “Carta do editor” revelando em parte de sua fala o objetivo de *Veja*:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA.<sup>6</sup>

Naquele mesmo ano, 1968, a censura se intensificou através do Ato Institucional número 5 (AI-5) havendo um recrudescimento que se estendeu aos diversos meios de comunicação do qual *Veja* não ficou isenta. Determinadas matérias não podiam ser publicadas sob ameaças de cortes nas reportagens ou, ainda, serem apreendidas nas bancas causando prejuízos à revista. As formas de censura incluíam telefonemas, bilhetinhos comunicando os assuntos proibidos. Havia, inclusive, a possibilidade de dividir o espaço editorial com um

---

<sup>6</sup> CIVITA, Victor. Carta do editor. VEJA. São Paulo: Abril, n. 1, 11 set. 1968, p. 21.

censo indicado para a função ou enviar a revista para ser examinada antes de ser impressa e comercializada.

Não temos informações sobre censura de reportagens especificamente sobre travestis, no entanto, o fato de *Veja* publicar uma quantidade significativa de reportagens sobre esse tema chama atenção se considerarmos o momento histórico do Brasil, de forte repressão e defesa da moralidade pública, da família patriarcal e da tradição. Esse fato pode ser compreendido se considerarmos o período para além da especificidade do contexto político vivenciado no país. A época era, também, de grandes mudanças culturais mundiais que refletiam no Brasil, especialmente na imprensa.

As transformações decorrentes da contracultura<sup>7</sup> estenderam-se a outros territórios mobilizando principalmente os jovens que demonstravam o descontentamento com o sistema social impositivo que limitava outras maneiras de comportamento e inserção social. Dessa forma, os costumes tradicionais passaram a ser rejeitados em nome de outras formas de conduta social. Numa tentativa de limitar tais transformações, que ganharam respaldo também no Brasil, a moralidade tradicional foi insistentemente protegida. Nesse universo, no que concerne especificamente as questões sexuais, os leitores puderam ser informados sobre as diferentes sexualidades que apareciam nos teatros, bares, ruas, filmes, literatura e televisão no Brasil e no exterior. Essas expressões também ganharam as páginas da emergente revista *Veja* construindo representações sobre os grupos e os sujeitos presentes nas discussões sobre o tema na esfera pública<sup>8</sup> nacional e internacional.

Partimos do entendimento de *representação* como uma forma de abstração que permite significar palavras, objetos, sujeitos, dentre outros, nominados pela linguagem. Tal ação permite uma reflexão a partir das construções socioculturais dos indivíduos que os possibilitam compreenderem-na por meio de uma imagem que é resultado de sua compreensão subjetiva na inter-relação com os demais sujeitos e as representações que circulam na esfera social. Roger Chartier ao discutir esse conceito destaca que as *representações coletivas* são construídas no mundo social e que ao mesmo tempo são a ele

---

<sup>7</sup> A contracultura foi um movimento que emergiu no final da década de 1960 na Europa e Estados Unidos com a reação de jovens, especialmente, contra o sistema tradicional de costumes e valores da sociedade vigente. Tais eventos possibilitaram a união em torno de ideais como liberdade, comportamento, liberação sexual, dentre outros, que permitiu o agrupamento de sujeitos a partir de *identidades* e interesses comuns que caracterizavam o grupo. Esses ideais foram difundidos e abraçados por sujeitos de distintos países, entre os quais, o Brasil. A partir desse cenário desafiador da moral vigente, os homossexuais passaram a reivindicar seus direitos político-jurídicos intervindo nos pilares centrais que davam sustentação aquele sistema.

<sup>8</sup> Entendemos a esfera pública como o ambiente de discussão e encontros entre sujeitos proporcionados pela ação da imprensa que aproxima os agentes em torno das questões levantadas da sociedade e que são representadas e difundidas pelos veículos de comunicação.

reportadas.<sup>9</sup> Por isso, conforme o autor, as “representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”.<sup>10</sup>

As representações para Roger Chartier atuam como sistema de classificação e ordenação do mundo social. Nesse sentido, o enquadramento das travestis em determinados setores da revista, proposta desse estudo, insere-se nesse processo de classificação que auxilia na construção de representações específicas desses sujeitos na medida em que os vincula a determinados temas e/ou espaços na sociedade retratada no periódico.

Também percebendo o imbricativo estabelecido entre a construção das representações e a *circularidade*<sup>11</sup> em que está inscrita, Sandra Jovchelovich aponta distinções entre as representações no espectro social e as divulgadas pela imprensa. Partindo dessa divisão, discute as representações sociais na esfera pública e as representações sociais da esfera pública. Mesmo ambas mantendo uma relação intrínseca cada uma desempenha um papel. De acordo com a autora

As representações sociais são forjadas por atores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, coletivamente nos transcende. Elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada com a primeira: a dimensão da esfera pública.<sup>12</sup>

Assim, para a autora, as representações sociais seriam desenvolvidas coletivamente na esfera pública e as representações sociais dessa esfera seriam divulgadas pelos veículos de imprensa, que apresentam uma dada representação que pode ou não corresponder aquela. “Ao tornar-se a forma mais difundida de comunicação social das sociedades contemporâneas, os meios de comunicação de massa informam e formam a esfera pública.” E prossegue: “Eles o fazem de tal forma que informação e representações sobre a esfera pública substituem toda e

---

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. p. 183.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dionei Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. p. 23.

<sup>11</sup> A circularidade de que falamos é quanto ao entendimento das mensagens e conteúdos reportados pela imprensa e sua pluralidade de apreensões pelos leitores. Assim como discutido por Carlo Ginzburg na história do moleiro friulano conhecido por Menocchio, o mesmo conteúdo pode ser interpretado de distintas maneiras entre aqueles que têm contato com o mesmo material. Dessa forma, os significados e compreensão se darão a partir dos entendimentos alimentados pela ação da imprensa, nesta pesquisa, a revista em estudo. Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>12</sup> JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 81.

qualquer experiência na esfera pública”.<sup>13</sup> Nesse sentido, a imprensa também atua enquanto um agente de transformação social a partir da publicação de reportagens que apresentam uma dada realidade de uma forma convincente e legítima que adquire um *status* de objetividade. Ao mesmo tempo sabemos que toda fonte é portadora de discursos e não de verdades, devendo, portanto ser compreendida dentro do universo em que está inserida.

A revista *Veja* como integrante desses veículos de comunicação contribuiu na construção de representações sobre as travestis por meio dos recursos imagéticos, textuais, de composição e organização das matérias. Visava, dessa forma, através das representações divulgadas, formar os leitores para o entendimento a respeito desses sujeitos cujos qualificativos sociais, em sua maioria, associavam sua imagem de uma forma depreciativa. No entanto, é preciso destacar que a imprensa atua sobre um público pré-disposto a receber determinados discursos. É nesse sentido que a mentalidade da sociedade brasileira, ligada ao ideário cristão ocidental, conforme descrito acima, atua como catalizador dos discursos, produzindo e reforçando determinadas visões de mundo.

As menções a travestis em *Veja* foram encontradas em distintas seções e espaços na revista não havendo uma que, especificamente, tratasse apenas dessas questões, por mais que algumas seções tendessem a discutir temas ligados a sexualidade, como: “Comportamento”, “Vida Moderna” ou “Gente”; as informações sobre os sujeitos em questão distribuíam-se entre temas variados, dependendo da notícia veiculada e de seu envolvimento. Partindo do princípio de que nem todos os leitores liam toda a revista, concentrando-se muitas vezes em seções e assuntos específicos, a dispersão das informações sobre o tema permitia o contato a um grupo maior de leitores. Assim, o sentido atribuído tanto pela revista, como pelo leitor ao sujeito travesti relaciona-se de um lado, ao espaço/seção em que foi publicado, de outro, a abordagem da temática em questão. A análise aqui proposta centra-se no primeiro aspecto, ou seja, visa apresentar os dados obtidos verificando as ocorrências do tema ao longo do período analisado nos diferentes espaços da revista em que as travestis foram mencionadas.

### ***Veja* e a representação de travestis**

Joan Scott foi uma intelectual que influenciou os estudos de gênero propondo uma definição constituída de duas partes: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “gênero é uma forma primária de dar

---

<sup>13</sup> JOVCHELOVITCH, op. cit. p. 86.

significado às relações de poder”.<sup>14</sup> A partir de então, outros estudos foram desenvolvidos e a temática constantemente estudada e revisitada. Suas considerações partiram do sexo (macho/fêmea) dos sujeitos e a partir dele o gênero como expressão social e cultural compreendido em suas relações de poder empreendidas pelos agentes sociais.

O gênero não é dado pelo sexo *a priori*, mas percebido e nominado a partir de inter-relações entre os sujeitos no interior de um discurso de inteligibilidade cultural que constrói e nomina tais práticas e comportamentos performativamente expressos, como destacou Judith Butler. Ainda, de acordo com a autora, o “gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”.<sup>15</sup> Desta forma, o gênero precisa ser entendido como uma construção que se operará num sujeito sexuado, sendo que o sexo anatômico em questão não é definidor do gênero, mas componente do sujeito e de sua identidade.

Sendo as características masculinas e femininas criadas para corresponder a um determinado sujeito portador de uma genitália e elementos complementares que o identificariam pela terminologia homem ou mulher, os que invertem esta lógica naturalizada e normatizada sofrem os estigmas de tal comportamento. As travestis estão incluídas neste grupo, uma vez que se apresentam socialmente com roupas designadas do sexo oposto dentro de uma análise binária que limita outras possibilidades de expressão da sexualidade e identidade.

Vale destacar como assinala Ronaldo Canabarro<sup>16</sup> que no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) “a travestilidade é apresentada junto aos transtornos da identidade sexual, incluindo o travestismo ambivalente”. Transtorno que se refere a pessoas designadas como masculinas por possuírem um pênis, mas que tem o desejo de se vestirem com roupas e acessórios femininos em alguns períodos de sua vida, apresentando-se ora como mulher, ora como homem – nomações que partem da lógica binária como base universal. Segundo o autor, “a partir da primeira Conferência Nacional de *Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* – GLBT (2008), entendeu-se que muitas travestis modificam seus

---

<sup>14</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro; Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. p. 96.

<sup>15</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 27.

<sup>16</sup> CANABARRO, Ronaldo. *Fazendo Travestis: Identidades transviadas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015. p. 34.

corpos por meio de hormônio-terapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias”.<sup>17</sup> O autor afirma ainda, que travestis, em geral, não tem necessidade de fazer a cirurgia de redesignação sexual, no que difere das transexuais, grupo no qual o procedimento é mais comum.

Alguns autores se referem à especificidade da categoria *travesti* na América Latina (Benedetti<sup>18</sup>, Carvalho e Carrara<sup>19</sup>, Pelúcio<sup>20</sup>). Don Kulick<sup>21</sup> ao estudar as travestis em Salvador aponta para o fato de que as mesmas reforçam as características binárias – feminino e masculino – da sociedade brasileira através, principalmente, da modelação de seus corpos. Para o grupo a tecnologia do uso de silicone e hormônios compõe sua própria identidade a as diferencia das demais.

Da mesma forma, Elias Veras desenvolveu pesquisa de doutoramento analisando a figura público-midiatizada do sujeito travesti em Fortaleza. Centrou sua atenção na transição entre dois períodos: o “tempo das perucas” no qual travestir-se se caracterizava, majoritariamente, como um ato eventual; e o “tempo dos hormônios” ou “farmacopornográfico” que dispôs de possibilidades de transformação dos corpos que acarretaram entendimentos e discursos distintos a respeito das travestis, inclusive a questão identitária.<sup>22</sup>

A identidade dos sujeitos conforme Stuart Hall não é fixa, está em plena transformação. Por isso, as mudanças no comportamento social e sexual irão se desenvolver a partir dos contatos com outros sujeitos e discursos. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”.<sup>23</sup> A desqualificação do *outro* se dá pela rejeição de outras formas de vivências que não se pautam nos valores e princípios da moralidade hegemônica, ou seja, a heteronormatividade.

Como reitera Butler “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus

---

<sup>17</sup> CANABARRO, op. cit. p. 35.

<sup>18</sup> BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

<sup>19</sup> CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans? – contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2013.

<sup>20</sup> PELÚCIO, Larissa. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *CAMPOS – Revista de Antropologia Social*, São Carlos, v. 6, p. 97-112, 2005.

<sup>21</sup> KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

<sup>22</sup> Cf. VERAS, Elias Ferreira. *Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

<sup>23</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13.

resultados”.<sup>24</sup> Logo, operaram-se conflitos entre as relações de gênero na sociedade pautadas por um saber que naturalizou determinados comportamentos e práticas abominando outros que contrariavam esses princípios.

É preciso destacar que mesmo com a censura e repressão empreendidas pelo governo civil-militar no Brasil, foi nesse período que surgiram os primeiros movimentos sociais organizados de luta pelos direitos do grupo homossexual, em parte, embalado pelos movimentos da contracultura (conforme visto acima).

As terminologias para referirem-se aos homossexuais variaram ao longo tempo e mesmo atualmente estão sendo questionadas em razão da diversidade de sujeitos e identidades que integram o grupo. “Inicialmente, o movimento se denominava Movimento Gay e, em seguida, Movimento GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes que em 1994 passou a denominar-se Movimento GLBT [...].<sup>25</sup> Para uma análise geral dessas transformações no período e posteriores consultar a cronologia apresentada por Júlio Assis Simões e Regina Facchini.<sup>26</sup>

Esta diversidade de siglas revelam a heterogeneidade do grupo e, ao mesmo tempo, disputas que envolvem, inclusive, questões mercadológicas e midiáticas. Ao conjunto de associações, organizações e grupos ligados aos movimentos, Regina Facchini<sup>27</sup> optou pela denominação referencial de MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). Na esteira e paralelo a estes movimentos, surgiram periódicos destinados especialmente a esse público trazendo informações e realizando eventos debatendo sua situação diante da conjuntura. Um dos jornais de grande prestígio foi o *Lampião da Esquina* que circulou entre 1978 e 1981 surgindo num momento em que a censura “abrandou” sua ação.

No entanto, jornais como o *Lampião da Esquina* situam-se numa posição periférica no campo jornalístico.<sup>28</sup> Esses veículos caracterizados como imprensa alternativa ou *nanica* são, muitas vezes, porta-vozes de discursos de resistência aos padrões hegemônicos sejam culturais, políticos ou econômicos. Por situarem-se à margem, tem um maior grau de autonomia, pois se encontram fora da lógica de mercado.

---

<sup>24</sup> BUTLER, op. cit. p. 56 – grifo dos autores.

<sup>25</sup> CANABARRO, Ronaldo; MEYRER, Marlise. A mulher mais bonita do Brasil: os closes de Roberta nas capas da revista Manchete: a construção de identidades transfemininas (1984-1994). *Revista História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 212-234, 2016.

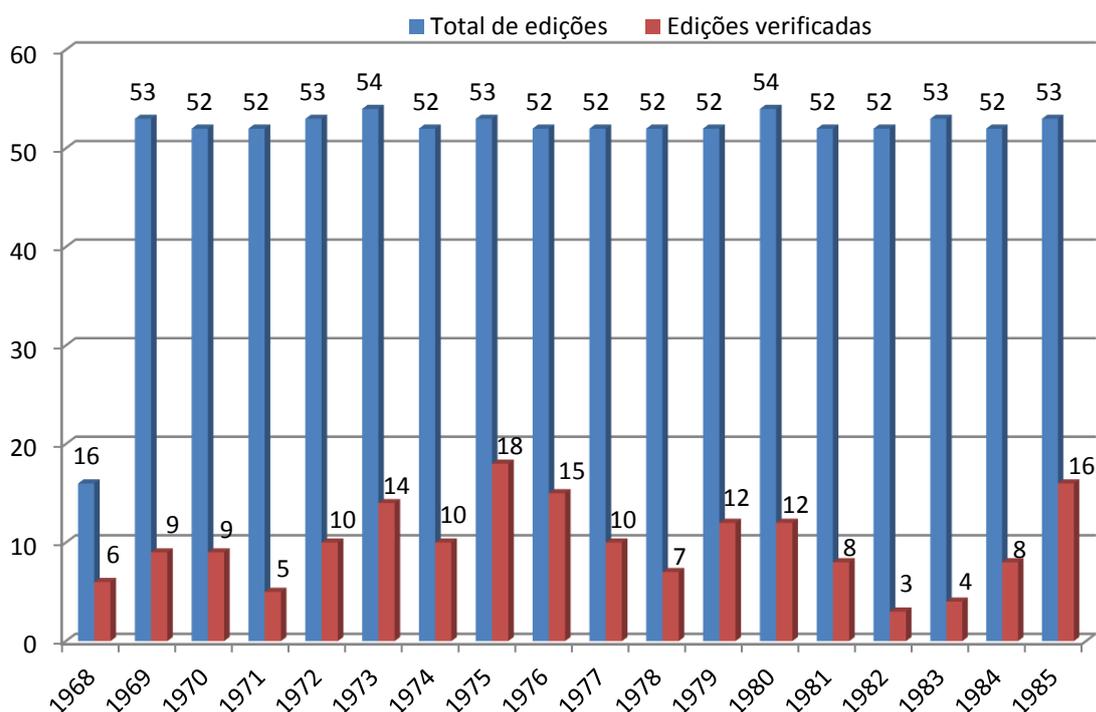
<sup>26</sup> SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

<sup>27</sup> FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

<sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

Diferentemente, a revista *Veja* integra a grande imprensa hegemônica brasileira e, portanto, sua autonomia (em relação aos discursos e opiniões proferidas) encontra-se mais limitada, seja por seu público-alvo de leitores, seja por seus anunciantes ou mesmo por coerções por parte dos poderes oficiais, neste caso, a censura. Assim contextualizada, *Veja* tratou das travestis em diversas ocasiões e espaços representando-as de distintas maneiras. A análise quantitativa revela esta visibilidade. Parte dos resultados pode ser verificada no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Menções a travestis na Revista *Veja* (1968-1985)



Fonte: Revista *Veja*. Elaborado pelos autores.

Como expusemos anteriormente, a seleção das edições foi realizada a partir do mecanismo de busca acessado por meio da consulta ao acervo da revista *online*. A partir do resultado verificamos as edições que reportavam menções sobre as travestis e quantificamos. O gráfico nos permite analisar, ao longo dos anos, a visibilidade que foi dada a estes sujeitos em comparação com o total de edições anuais.

O maior percentual em relação ao total de edições ocorreu no ano de criação da revista sendo que de 16 edições publicadas 6 delas mencionavam as travestis. A maior concentração de reportagens se deu entre os anos de 1972 com 10 edições, avançando e/ou mantendo a mesma proporção até 1977. Observamos uma queda iniciada em 1976, sendo que no ano de 1978 foram apenas 7 edições num total de 52. Nos dois anos seguintes houve um leve

acréscimo entre 1979 e 1980. Novamente uma baixa foi verificada em 1981 e 1982. Um aumento gradativo pode ser analisado entre 1983 a 1985 totalizando, neste ano, 16 edições reportadas sobre as travestis.

O contexto em que essas matérias foram divulgadas nos fornecem indícios que nos auxiliam na compreensão da representatividade dada pela revista. No entanto, não é nosso objetivo aqui analisar qualitativamente as reportagens buscando confirmar ou não se as mesmas são extensivas de acontecimentos específicos ou de transformações vivenciadas no período e divulgadas por *Veja*. Entretanto, cabe destacar alguns elementos que constituíram aquela conjuntura e nos possibilitam um olhar reflexivo para a questão a partir dos resultados obtidos, não descurando, contudo, a importância do contexto no qual essas representações estão inseridas.

No período inicial, final dos anos 1960, a revista *Veja* mencionou as travestis num número considerável haja vista que a censura às questões que envolviam a moralidade tornaram-se latentes. Entre 1972 a 1977 manteve os índices oscilando, mas foi o período de maiores publicações. Isso pode estar em sintonia com o cenário de leve abrandamento da censura nos anos finais que contribuiu com a criação de periódicos alternativos para circular entre os homossexuais, bem como a organização do Movimento Homossexual. No entanto, deve-se pontuar que as menções específicas podiam estar sintonizadas a estas transformações ou, ao contrário, construir representações pontuais pautadas em fatos isolados e/ou específicos. A análise pormenorizada de cada reportagem não faz parte desse intento para confirmar ou refutar tal hipótese, no entanto, o fato das travestis terem sido mencionadas por esse veículo de imprensa sinaliza a visibilidade dada pelo periódico por meio das representações, sejam elas positivas ou negativas.

Alguns elementos daquele cenário precisam ser pontuados, pois foram bases com as quais as reportagens e representações divulgadas pela revista dialogaram. Se não por meio das próprias publicações, através das interfaces entre as representações construídas pelo semanário e as transformações em si. O Movimento Homossexual Brasileiro, por exemplo, consolidou-se em 1978. O primeiro grupo foi o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, nome que conforme James Green teve inspiração do primeiro movimento da América do Sul criado na Argentina.<sup>29</sup> Posteriormente, outros foram sendo criados. A difusão dos ideais da contracultura e a criação dos movimentos sociais identitários politizados, bem como seus

---

<sup>29</sup> GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Tradução de Raul Reis. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 15, p. 271-295, 2000. p. 273-274.

instrumentos de ação, assinalam as transformações sociais cujos passos eram vistos e acompanhados pelos veículos de imprensa e governo.

Precisamos destacar que antes do *Lampião da Esquina* outras publicações de menor amplitude editorial foram criadas e voltadas ao público homossexual como: *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Eros*, *O Galo*, *Os Felinos*, *Darling*, *Rose*, dentre outros.<sup>30</sup> Nesse sentido, iniciativas de divulgação de informações ao público homossexual também foram empreendidas em diversas cidades do país. Anterior a esse período pode-se destacar, em espacial, o jornal *O Snob* que circulou entre 1963 a 1969, voltado à sociabilidade e informações aos homossexuais difundidas através desta forma de comunicação. Ou seja, havia “guetos” em que esses sujeitos se reuniam, interagiam e eventos promovidos como concursos de travestis que eram de conhecimento da população.

Tais sujeitos integravam a sociedade e mesmo estigmatizados podiam fazer parte de reportagens e representações construídas pelos periódicos. Geralmente caricatos, homossexuais estereotipados cuja feminilidade era muitas vezes exagerada nas peças de teatro e cinema foram acionados para promover o riso. As fronteiras entre masculinidade e feminilidade eram utilizadas nesses espaços de modo jocoso. Ou seja, homens vestidos de mulher era um entendimento compartilhado por considerável parcela da população. Nem todos enxergavam tais sujeitos como travestis, sujeitos dotados de uma identidade distinta do binarismo homem/mulher. Contudo, havia limites visíveis de aceitação desses sujeitos nesses espaços em detrimento do cotidiano social que gerava distintas representações.

Indo ao encontro desses gêneros que expressavam a androginia como característica visível a um corpo sexuado para o qual culturalmente não era esperada destacaram-se grupos artísticos que ampliaram essa questão. As performances dos Dzi Croquettes e do grupo musical Secos & Molhadas, especialmente de Ney Matogrosso, eram prováveis ícones para as travestis, assim como o foram para inúmeros outros sujeitos. As apresentações desses expoentes acompanhavam as transformações nos costumes em andamento. Confundindo e brincando com o entendimento de masculinidades e feminilidades, tornavam públicos tais debates a partir de suas apresentações e representações pela imprensa. A androginia ressaltada em suas performances sem situar-se em um dos territórios binários essencialistas, ou seja, não prospectando uma associação de sua imagem ao *ser mulher* é representativa dessas transformações. Tais questões sintonizavam-se com as travestis, pois ampliavam a dimensão

---

<sup>30</sup> LOPES, Charles Roberto Ross. *Seja gay... mas não se esqueça de ser discreto*: Produção de masculinidades homossexuais na Revista Rose (Brasil, 1979 - 1983). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 29.

de comportamentos e trejeitos dos quais partilhavam. Contudo, não se pode minimizar a atuação da censura que agiu, muitas vezes, com violência boicotando espetáculos e/ou com as ações diretas da polícia nas ruas.

Outro elemento a mencionar são os filmes eróticos produzidos no Brasil na década de 1970, as chamadas pornochanchadas. Segundo Mary Del Priore era um “gênero de filmes populares de baixíssima ou péssima qualidade conceitual, formal e cultural, caracterizados por cenas de nudez e diálogos mesclando pornofonia e humor escatológico”.<sup>31</sup> Assim, mesmo durante a ditadura civil-militar, cenas desse tipo puderam ser observadas apesar da atuação da censura, que no caso dos filmes, limitava determinadas cenas e falas embora tenha permitido a divulgação de alguns desses filmes. Ao passo que uma determinada moralidade pretendia ser conservada no seio da sociedade, permitia que temas eróticos e sexuais, mesmo que limitados em comparação às produções internacionais, de maior custo, fossem mantidas.

Sobre essa questão é relevante a análise feita por Inimá Simões<sup>32</sup> que questiona a leniência da censura com relação à produção das pornochanchadas. Para o autor, os filmes com mulheres nuas também funcionavam como forma de distanciar os cineastas dos assuntos mais sérios, como aqueles propostos pelo cinema novo, reveladores das condições socioeconômicas do país. A pornochanchada não implicava em nenhum questionamento da estrutura social brasileira, na medida em que reforçava a diferença de classes, os preconceitos raciais e a misoginia.

Da mesma forma, Canabarro<sup>33</sup> enfatiza em seu trabalho que o *Lampião da Esquina*, mesmo integrado aos movimentos homossexuais, defendia uma determinada homossexualidade que tinha como referência a sociedade heteronormativa e excluía os “excessos”, como as travestis. Também nos anos oitenta, a revista *Manchete*, veículo da grande imprensa com grande circulação nacional passou a publicar várias reportagens sobre Roberta Close. Canabarro e Meyrer<sup>34</sup> analisam essas publicações e inferem que ao dar visibilidade a trajetória pessoal de Roberta Close, produzem um discurso de busca pela personagem do ideal de feminilidade, somente atingida plenamente com a cirurgia de redesignação sexual, quando ela se torna, enfim, mulher.

Nos anos iniciais da década de 1980, com o surgimento da AIDS, as publicações sobre as travestis diminuíram consideravelmente, talvez uma auto-censura devido a associação feita

---

<sup>31</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014. p. 186.

<sup>32</sup> SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância: a Censura Cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Editora: Senac Ano: 1999.

<sup>33</sup> CANABARRO, op. cit.

<sup>34</sup> CANABARRO; MEYRER op. cit.

da doença com os sujeitos homossexuais. Em 1985 as publicações aumentaram novamente. No cenário nacional, novos horizontes apontavam prospectados e ampliados com o fim da ditadura.

Num padrão de edições que oscilou entre 52 a 54 edições anuais (exceto o ano de criação) variando em razão da introdução de uma edição extra ou especial, *Veja* concedeu um espaço considerável entre suas publicações aos sujeitos que não se enquadravam na moralidade normativa. Em 17 anos de circulação no mercado a revista publicou um total de 909 edições (contando também as especiais que tinham o mesmo número de edição). Deste total, quase 20% fizeram menção às travestis, ou seja, 176 edições. Tal balanço deve ser analisado considerando que a censura operava especialmente nos anos iniciais da revista. Segundo Maria Fernanda Lopes Almeida a censura a *Veja* durou até 1976, enquanto para outros periódicos continuou por mais tempo.<sup>35</sup> Atenta-se que o perigo da censura tornava-se mais latente se as representações positivavam as travestis, seu gênero, identidade, sexualidade, pois contrariava a “moral e bons costumes”. Logo, era quase convidativo não tocar em determinados assuntos como as homossexualidades, ou não apresentá-la como normal.<sup>36</sup>

O percentual de edições reportadas é demonstrativo da visibilidade dada aos sujeitos em questão revelando a influência da esfera pública sobre os assuntos publicados na revista, uma vez que o tema estava sendo discutido por diferentes setores da sociedade atraindo o interesse do público leitor. Revela, também, o funcionamento do campo jornalístico que, conforme já citado, possui uma autonomia apenas relativa, estando vinculado ao jogo de forças no interior do campo específico, mas também as forças externas, oriundas de outros campos.<sup>37</sup> Nesse caso, não somente o campo político (marcado pela conjuntura de ditadura e censura) influenciava suas publicações, mas as transformações nos campos social e cultural ao nível mundial tinham peso significativo.

Contudo, se estes sujeitos apareciam cada vez mais na revista, não significa que a imagem construída deles tenha sido representada de modo positivo. Lembremos que a homossexualidade no período passou por transformações quanto a seu estatuto. No Brasil ela foi retirada do grupo patológico pelos conselhos de medicina e psicologia em 1985, ganhando respaldo maior quando a Organização Mundial da Saúde, em 1990, retirou a

---

<sup>35</sup> ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009. p. 154.

<sup>36</sup> Cf. COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 27-52.

<sup>37</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.

homossexualidade do grupo de doenças. Tal ambiente intensificou as discussões de gênero, uma vez que organizações de profissionais atestavam cientificamente a naturalidade da prática homossexual. “O amor que não ousava dizer o nome”<sup>38</sup> não era mais uma doença. Logo, as representações em torno dessa vivência sexual foram colocadas a par de uma mentalidade historicamente construída e reproduzida, que negava essa veracidade. Como um campo de permanentes disputas, os grupos sociais se viram envolvidos num cenário cujas representações pela imprensa podiam informar ou alarmar a pauta.

A decisão pela publicação sobre as travestis no período passava por disputas que levava em conta os interesses da revista, dos leitores e, obviamente, do aparelho repressivo. Se o tema das travestis foi, com reativa frequência, divulgado ao público leitor significa que *Veja* abriu espaço para essa questão. Contudo, mais do que informar, construiu representações sobre estes sujeitos e divulgou-as para a sociedade. Estas, ao entrarem em contato com outras representações partilhadas pelos grupos sociais na esfera pública, de um lado, contribuíram para a (re)elaboração dessas representações, que muitas vezes reafirmam estereótipos reforçando o estigma sofrido pelo grupo. De outro, acirrava os conflitos com os grupos, sobretudo aqueles engajados na emergente militância homossexual.

Defende-se a ideia de que essas representações foram construídas não só através de discursos adjetivados, mas também a partir da própria localização dos sujeitos no espaço da revista. Assim, *Veja* noticiou as travestis em distintas seções e espaços na revista os quais iremos analisar a partir das edições verificadas. A tabela abaixo apresenta os dados obtidos:

Tabela 1: Espaços na revista *Veja* onde as travestis são mencionadas (1968-1985)

Seções/Espaços	Quantidade
Arte	2
Brasil	18
Calendário	1
Carnaval	1
Carta ao leitor	1
Cartas	5
Cidades	1
Ciência	1
Cinema	19

<sup>38</sup> Apud MOTT, Luiz. Homo-afetividades e direitos humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, maio-agosto 2006, p. 509-521. p. 511.

Comportamento	11
Crime	1
Dança	2
Diversões	1
Economia e negócios	1
Em dia	1
Entrevista/Páginas Amarelas	4
Especial	1
Esporte	2
Fotografia	3
Gente	24
Humor	10
Indicações	5
Internacional	6
Justiça	2
Literatura	4
Livros	2
Luis Fernando Verissimo	1
Medicina	2
Memória	1
Música	6
Polícia	2
Rádio e Tv	2
Religião	1
Rio Revisitado	1
Show	16
Sugestão de Veja	1
Teatro	23
Televisão	4
Vida Moderna	5

Fonte: Revista *Veja*. Elaborado pelos autores.

O mapeamento das seções e espaços na revista em que as travestis foram reportadas assinala o viés das representações, que em seu conjunto também são representativas da maneira como *Veja* lança seu olhar sobre estes sujeitos e divulga ao público leitor. Contudo, a pluralidade de apreensões que a mensagem pode suscitar, dependendo da leitura e do sujeito

que a realiza é, portanto, subjetiva. Voltamos nosso esforço em compreender o sentido geral dado às travestis por meio da análise das seções agrupadas.

Reitera-se que *Veja* utilizou-se das narrativas imagéticas em algumas reportagens, sendo que este recurso maximiza as possibilidades de entendimento prospectadas pelos editores. Nesse sentido, a construção de representações pelos veículos de imprensa deve considerar todo o aparato de componentes disponíveis para acessar o leitor através destes instrumentos – imagens, texto, legendas, diagramação e, no caso analisado, localização da matéria – que dirigem o leitor para o sentido pretendido pelo emissor.

A revista *Veja* ao longo dos anos apresentou suas reportagens em distintas seções que ora apareciam sequencialmente nas edições, ora não. Algumas se faziam presentes com mais frequência enquanto outras, mais esporádicas, eram noticiadas em razão dos próprios temas discutidos. Com o passar do tempo houve a introdução de novas seções ou substituição por outras. No que se refere às publicações sobre as travestis, elas apareceram também em espaços fora de seções específicas.

O conjunto de dados permite identificar que a maior concentração de publicações encontra-se no campo artístico, como na seção “Gente”, que totalizou o maior percentual de menções, 24, seguida pelo “Teatro” com 23. Junto a estas, outras podem ser citadas como: “Show” (16), “Música” (6), “Dança” (2), “Televisão” (4), “Rádio e TV” (2), “Cinema” (19), “Humor” (10).

A associação dessas seções bem como sua participação no total de publicações reforça o aspecto de entretenimento ao qual a figura das travestis é relacionada, tendo em vista o caráter tendencialmente jocoso que permeou sua representação nos shows e nos teatros com personagens que confundiam os gêneros naturalizados. Grande parte dessa visibilidade expôs estes sujeitos a uma interpretação que levou ao riso, no sentido de uma imitação do outro “sexo” e não a sua aceitação social. Ou ainda, que sua presença era aceita e reconhecida somente nesses espaços sociais e não em outros.

O aparecimento de sujeitos que expressaram sua sexualidade, sendo nomeados e/ou reconhecidos como travestis nos cinemas e televisão, contribuiu para a difusão de sua imagem, ampliada pelos expoentes brasileiros que tinham reconhecimento social de parte da população como a travesti Rogéria, citada pela revista *Veja*. A presença destes sujeitos divulgada pelos veículos de comunicação colocava os leitores a par de um universo plural de comportamentos sexuais que ganhava cada vez mais visibilidade na sociedade.

Importante lembrar a origem histórica dessa associação do universo homossexual com as artes. João Silvério Trevisan<sup>39</sup> cita os discursos médico-psiquiátricos do início do século XX que se preocupavam em identificar os “sinais do desvio” e o “desviado” sexual. Entre esses “sinais” os médicos apontavam a empatia entre as tendências artísticas e a pederastia. O autor cita o caso de João do Rio, cujo excesso de sensibilidade de suas obras era atribuído a sua inversão sexual, esta, por sua vez, decorrente de um “mau” desempenho das glândulas.

Retornando as reportagens sobre as travestis, cabe destacar que apareceram também envolvidas com a temática policial, associadas a algum tipo de crime ou escândalo. Nesses casos, reforçava-se a visão negativa sobre elas, pois as ações não eram praticadas simplesmente por um sujeito, mas enfatizava-se sua identificação como travesti. Da mesma forma, se fizesse parte de uma notícia internacional estaria naquela seção específica, mas sempre ressaltando sua designação de gênero. Portanto, cada história contada, fragmentada ou selecionada para publicação ia construindo uma determinada representação das travestis. Em seu conjunto, a união dessas matérias incidiu na forma como a imagem das travestis passou a ser vista pela sociedade. Se os homossexuais sofriam por sua condição sexual, mesmo na maioria das vezes ocultando essa condição socialmente, as travestis estavam mais expostas e por isso sujeitas a maior desqualificação e exclusão social.

Ao relacionar travestis com polícia/criminalidade *Veja* endossava a permanência dos discursos médicos e jurídicos do início do século XX, orientados pelas teses do criminologista fascista italiano, Cesare Lombroso, que propunha a criminalização dos homossexuais buscando comprovações biológicas a partir de estudos com alguns presos. Nesse período os debates sobre as medidas a serem tomadas com relação aos homossexuais se polarizavam entre tratamento, que implicava em corrigir a natureza errada, e punição legal, que segregava o indivíduo considerado pernicioso ao Estado e a sociedade.<sup>40</sup>

A exclusão social sofrida por esses sujeitos se deve a invenção cultural e, portanto, também discursiva, de que existem somente homens e mulheres num binarismo essencialista associado à ideia de macho e fêmea. Esse pensamento reducionista e condicionante impede as pessoas de perceberem a diversidade de *potências de vida* – utilizando uma expressão de Paul B. Preciado<sup>41</sup> – que jamais se limitou a esta divisão. Estes rótulos foram criados para integrar

---

<sup>39</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Record, 2000. p. 183-184.

<sup>40</sup> TREVISAN, op. cit. p. 188.

<sup>41</sup> PRECIADO, Paul B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

os sujeitos dentro desse sistema que opera por meio de relações de poder mantidas e intensificadas entre os agentes das quais as relações de gênero são uma de suas variantes.

Estamos diante de um cenário que busca apresentar argumentos legítimos para dar sentido a estas vivências perpassando enfrentamentos entre os saberes que almeja fornecer a resposta mais convincente sobre a sexualidade e sua expressão social. Alguns elementos dessa situação são apontados a seguir:

De um lado, um número expressivo de essencialistas busca incessantemente a “verdade sobre o sexo” que estaria escondida pelos meandros da Biologia, Psiquiatria, Sexologia, Genética e tantas outras disciplinas do saber. De outro, culturalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas promovem incontáveis debates sobre os discursos e suas produções político-somáticas. Em meio a tudo isso, há pessoas, suas identidades (ou a ausência delas) e suas histórias.<sup>42</sup>

As disputas engendradas tendem a deslocar o centro da atenção para as questões constitutivas desses sujeitos num campo em disputa, esquecendo muitas vezes o próprio sujeito e sua história, como destaca Canabarro. Cada pessoa é única e dotada de um sentido da vida tanto comportamental quanto sexual bastante particular que está inserida nesses embates e sistema. Este atinge uma escala ampla alimentando constantemente o discurso que fornece as bases para sua manutenção e reprodução desse pensamento.

Salientamos, ainda, que no conjunto das representações dos sujeitos há uma associação da imagem das travestis a marginalidade. Isso em decorrência do lugar social a que muitas estão submetidas exercendo trabalhos sexuais que reforçam este estigma. Sua relação com a noite amplia essa desqualificação. Mais do que uma avaliação destas práticas, é necessário frisar o reduzido espaço que tem nas demais atividades, sendo, portanto uma maneira de sobrevivência a que muitas estão sujeitas. Mesmo nessas atividades foram perseguidas e reprimidas como nas “Operações de Limpeza” ou “Rondão”, em 1980, na cidade de São Paulo, no combate ao *trottoir*.<sup>43</sup> As travestis que conseguiam outras atividades de atuação adquiriam uma condição diferenciada, no entanto, as amarras normativas da moralidade social ainda colocavam obstáculos para sua plena aceitação social.

E aqui é preciso pontuar que tolerância por parte dos demais em razão das vivências alheias não significa ter o entendimento e compreensão desta sexualidade. Tal postura irá manter a mesma representação pejorativa estendida aos saberes jurídico-morais que irão

---

<sup>42</sup> CANABARRO, op. cit. p. 13 – grifo dos autores.

<sup>43</sup> Sobre isso ver OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 149-175.

limitar os direitos e liberdades destes sujeitos. Nesse sentido, a consciência a respeito das travestis e demais manifestações da sexualidade inconformadas com o sistema opressor a que estão à mercê, pode contribuir para uma valorização devolvendo a dignidade que muitos ainda insistem em retirá-la. E não estamos apenas falando de atividades laborativas, pois as consideramos dignas independente do trabalho, mas da dignidade de poder sair às ruas sem serem ridicularizadas; do direito de exercer as diversas profissões sem serem menosprezadas por sua sexualidade e gênero. Somente o conhecimento pelos demais sujeitos é que possibilitará tal mudança. Por isso, o esforço constante no sentido de *se fazerem ver* para mostrar que não há anormalidade, mas sim ignorância de grande parte da população que precisa ser combatida.

A associação jocosa da imagem das travestis também pode ser vista na seção de humor de Millôr Fernandes. Por meio de mensagens satíricas o cartunista fazia menções às travestis cujo entendimento pelos leitores podia oscilar em razão das próprias representações introjetadas e colocadas em evidência através de outras divulgadas pela revista *Veja*.

Nota-se também que alguns leitores posicionaram-se diante das publicações reportando-se as travestis em 5 edições. Este espaço na revista era aberto ao público leitor para mandar mensagens sobre as informações tratadas nas edições anteriores ou posicionamentos pessoais que gostariam de manifestar. Eram enviados para a revista podendo ser resumidos em razão do espaço, mas também selecionados pela revista. Nesse sentido, a adição de um comentário na seção “Cartas” passava pela admissão dos interesses de *Veja*, devendo ser compreendidos neste universo.

Assim, as *representações* na revista sobre o espectro social pautada por interesses distintos permitiram a difusão de mensagens que contribuiriam para ampliar a discussão ou manifestação de sua visão de mundo, neste caso, a respeito das travestis. Os diversos veículos de comunicação produziram diferentes discursos sobre os temas em sua época, construindo imagens nem sempre uniformes em torno de um discurso coeso, extensivo das *representações coletivas* da sociedade, mas pleno de ambiguidades. Sendo assim, no que diz respeito às travestis, essas representações influenciadoras criaram o pano de fundo para as relações e práticas sociais, bem como interferiram ou reforçaram os significados simbólicos socialmente partilhados.

A seção “Brasil” da revista também teve uma das maiores publicações na análise verificada contando com 18 edições. Nela, a inserção das travestis tomava um aspecto mais político nos diversos temas suscitados, sendo um dos elementos que se sobressaiam nessa seção. Temas relacionados aos estados, conflitos, desastres, crimes, partidos, dentre outros,

eram assuntos discutidos. Já as famosas *páginas amarelas* era uma seção de “Entrevistas”, onde convidados eram chamados para responderem a respeito de um tema norteador que se expandia para outros assuntos. Alguns foram questionados também sobre as travestis, por isso menções também aparecem nesta seção. A forma como esta seção ficou conhecida se deve ao episódio de falta de folhas para o fechamento da edição, sendo utilizadas as amarelas para a entrevista.<sup>44</sup> Posteriormente, aquela seção passou a ser impressa naquela cor reforçando sua identificação. Precisamos destacar, ainda, que do total de edições pesquisadas, 16 delas mencionaram as travestis em mais de uma seção (e/ou espaço na revista), enquanto uma edição somente contemplou em três.

A epidemia da AIDS na década de 1980 intensificou os olhares condenadores sobre os homossexuais e todas as demais manifestações sexuais tidas como libertinas. A tendência do período foi associar esses sujeitos à ideia de promiscuidade. Quando as descobertas iniciais da doença começaram a ser investigadas o desregramento sexual foi considerado o principal pivô para sua propagação. Tendo em vista a incidência maior de contaminação pelo meio sexual, confirmado pelos especialistas ao longo da pesquisa – apesar de não ser a única forma de contágio –, a associação da doença com a cópula foi disseminada. O medo da morte foi uma constante e associado ao estilo de vida dos homossexuais. A relutância no uso de preservativo e até mesmo seu uso tornavam a relação sexual inquietante. Na maioria das vezes perigosa.

Tais ideias foram somadas as visões pessimistas de alguns grupos que identificavam a doença como um castigo divino que demonstrava a decadência dos tempos. Neste cenário, várias outras representações foram criadas, re(elaboradas), modificadas em razão dos acontecimentos e transformações de que passou a sociedade brasileira em sintonia com a escala global. Essa outra fase, porém está de fora de nosso propósito no presente artigo.

### **Considerações finais**

A imprensa construiu *representações/classificações* que pautadas pelos princípios, valores e interesses dos periódicos, reportavam determinadas matérias com um significado simbólico, passível de assimilação ou re(apropriação). A revista *Veja* corroborou para as representações de gênero empreendidas na sociedade por meio da influência de suas publicações, como aponta seu reconhecimento pelos leitores, o que pode ser atestado pelo seu crescente número de vendas. É preciso pontuar que a análise aqui desenvolvida pautou-se

---

<sup>44</sup> ZANONI, David Anderson. *As representações do Irã através da Revista Veja (1979-1989)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015. p. 29.

especialmente na abordagem quantitativa coletada na revista. A compreensão das representações deu-se, especialmente, através deste método. Cabe destacar que cada menção específica nas diferentes reportagens, aqui enumeradas, é portadora de significados próprios, no entanto, a análise qualitativa não foi o objetivo desta análise.

De acordo com Marialva Barbosa, “conseguir audiência é sempre conseguir poder”.<sup>45</sup> *Veja* vem ampliando sua influência expandindo-se para além do grupo a que se destina, ou seja, classe média e superior. A circularidade das mensagens e ideias difunde-se também sobre os demais grupos que mantêm uma relação estreita com os leitores da revista. Portanto, a reprodução dessas representações se faz na escala de abrangência de *Veja* e dos contatos entre os agentes.

Mesmo durante o período de censura a revista *Veja* divulgou informações sobre as travestis. O aumento de ocorrências verificadas nesta pesquisa assinala os momentos em que o assunto era mais latente e os espaços em que apareciam. Nos anos em que a AIDS ganha respaldo suas menções foram diminuídas consideravelmente, entre 1982 e 1983.

É necessário destacar que a censura não operou somente por imposição do governo, mas também dos próprios proprietários dos periódicos e de grupos da sociedade em geral que viam ameaçados os valores e costumes tradicionais. Talvez esta tenha sido a pior censura. Como podemos assistir atualmente, esse tipo de censura não findou com o governo civil-militar.

A vinculação das representações das travestis em *Veja*, em sua maioria ligada ao campo artístico, como já mencionamos, indica uma determinada representação que cria um espaço específico para estes sujeitos aparecerem. Seja nos teatros, shows ou cinema, se sobressai este aspecto mais cômico que, neste espaço, assume uma função que tende a ser mais aceita do que em outros. É um lugar de encenação, transformação, performance. Neste ambiente é possível imaginar as diferenças, vê-las, presenciá-las. Fora deles, sua representação assume outros significados.

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 153.

<sup>46</sup> BUTLER, op. cit, p. 44 – grifo dos autores.

A partir deste postulado, não somente as travestis, mas todos os que insistem em avançar as fronteiras da heteronormatividade compulsória são discriminados socialmente em níveis que variam dependendo do lugar e dos sujeitos que compartilham do mesmo espaço. Como assinala Guacira Lopes Louro, “o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira”.<sup>47</sup>

Pensar a imprensa como produtora de representações que intensifica as disputas de relações de gênero é um exercício que permite analisar o significado que algumas informações ou notícias ganham a partir da divulgação dos veículos de imprensa. Como formadora de opinião, suas mensagens alimentam os leitores que as (re)significam e pautam seu comportamento social tendo por base este saber.

Como sinaliza Michel Foucault existem relações de poder que uns exercem sobre os outros.<sup>48</sup> A participação da imprensa neste sistema não é fortuita, portanto necessita de atenção. Travestis integram um grupo estigmatizado que tem sido representado de distintas maneiras no tempo e no espaço. Perceber o processo de elaboração das representações possibilita entender as decodificações que os consumidores delas fazem. Portanto, é mais uma ferramenta para compreender a dinâmica social e as relações nela engendradas.

---

<sup>47</sup> LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001, p. 541-553. p. 542.

<sup>48</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.